

As dificuldades da estabilização econômica — que esbarra nos obstáculos erguidos pela Constituição para a redução das despesas públicas — estão aguçando a consciência dos diversos setores da sociedade para a necessidade do entendimento nacional.

Mas o entendimento nacional só será possível se todos os setores da sociedade estiverem dispostos a abrir mão do seu interesse em favor do país. Se cada segmento, em vez de ceder um pouco, chegar à mesa do entendimento com reivindicações, será preciso outro PIB. E isso, obviamente, equivale a insuflar, e não a derrubar a inflação.

As lideranças empresariais que estiveram com o presidente quinta-feira em Brasília foram infelizes na formulação apresentada: condicionaram a participação empresarial à redução prévia das taxas de juros. O Brasil está cansado de ouvir o realejo das altas taxas de juros. Juros altos ou baixos são decorrentes da direção que se pretende dar à política econômica, da qual a política monetária é um dos instrumentos vitais, ao lado da política fiscal e do câmbio.

À parte a discussão sobre se os juros estão altos ou baixos em termos reais (comparados à inflação corrente, captada nos índices um mês depois, no mínimo), observa-se há dois meses uma alta desenfreada de preços. Em grande parte, ela pode ser atribuída ao desejo de rápida recuperação das margens de lucros, diante da perspectiva de maiores vendas com a liberação dos cruzados novos.

Nesta perspectiva, a cadeia da produção e comercialização — da indústria ao comércio lojista — não impôs restrições aos aumentos de preços que superaram em muito os acordos firmados entre os diversos segmentos empresariais e o governo nas câmaras setoriais.

O governo frustrou os que especularam com

estoques, desestimulando a transformação dos cruzados novos em consumo. Além de maior remuneração para os depósitos que permanecerem à sua ordem, o Banco Central baixou medidas para restringir e encarecer o crédito. Sendo o dinheiro a mercadoria mais nobre (objeto de troca de todos os negócios), o industrial ou comerciante vê-se forçado a baixar os preços de qualquer maneira para atrair o consumidor e diminuir os estoques.

Este é o receituário clássico que o Primeiro Mundo adota para reduzir a inflação. É por isso que as estatísticas apontam as empresas americanas, por exemplo, operando com estoques três ou quatro vezes inferiores aos das brasileiras. Empresário que não reage à alta dos juros reduzindo estoques colhe, inevitavelmente, prejuízo. No Brasil — a julgar pelas queixas contra as taxas de juros — o empresário quer especular e não correr os riscos do excesso de imobilização.

Mais que uma demonstração de cultura inflacionária, os empresários abriram o precedente para as lideranças sindicais sacarem reivindicações do fundo do baú, como a recuperação de perdas salariais que tanto podem remontar ao Plano Collor I e II, como às perdas de 1973, ou as perdas reais produzidas nos anos 80 sobre os fundos de poupança compulsória dos trabalhadores, como o FGTS, PIS e Pasep.

Toda reivindicação, a princípio, é justa. Mas deve prevalecer no entendimento nacional o necessário realismo das partes para entender que o Estado está falido, e que a soma das demandas não pode superar o bolo da renda nacional a ser redistribuído numa negociação de longo prazo. Só a partir desse acerto prévio, será possível ao Brasil alcançar a estabilidade econômica e as condições para a retomada sustentada do crescimento — que é o objetivo final de todo entendimento nacional.